

sobre a *pequena teoria* anarquista

EDSON PASSETTI

David Graeber. *O anarquismo no século XXI e outros ensaios*. Tradução de Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro, Rizoma Editorial, 2013, 105 pp.

O movimento *antiglobalização*, ou *contra o neoliberalismo*, trouxe consigo novas inquietações aos anarquismos e novos intelectuais. Isso é salutar para as práticas libertárias e para revigorar os escritos históricos. Novo léxico passou a ser exercitado, principalmente, a partir da difusão da internet e das variadas modulações da comunicação computo-informacional.

O livro organizado pela Rizoma Editorial do Rio de Janeiro situa problematizações urgentes nos anarquismos. Cabe a cada anarquista interessado em sua leitura ressaltar as suas relevâncias nestes instigantes textos. O livro é composto por seis artigos de David Graeber e um de abertura em parceria com Andrej Grubic.

David Graeber atualmente é professor no Colégio Goldsmith da Universidade de Londres e membro do comitê da *International Organization for a Participatory Society* (IOPS), uma ONG internacional voltada para economia participativa cuja *missão* é a de flexibilizar relações em vista de um mundo melhor. Conta entre seus membros com intelectuais de espectro ideológico

*Edson Passetti é coordenador do Nu-Sol e do Projeto Temático FAPESP Ecopolítica. Professor livre-docente no Departamento de Política e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Contato: passetti@matrix.com.br.*

de esquerda, como Noam Chomsky, David Harvey, Boaventura Sousa Santos, Vandana Shiva e Chico Whitaker ([www.iposociety.org](http://www.iposociety.org); fora do ar no momento). Graeber, estrategicamente, situa-se como intelectual e ativista anarquista no campo inacabado da era das revoluções. Declara-se conectado com práticas, sejam elas anarquistas ou não, que realizam princípios fundamentais da anarquia.

Se o marxismo fundou-se em uma teoria econômica consolidada, o anarquismo é uma ética da prática que se firmou no *movimento dos movimentos*. Volta-se menos para tomar o poder de Estado que para potencializar autonomia e gestão participativa. O texto de abertura de Graeber e Grubic situa no âmbito das revoluções as tentativas fracassadas derivadas em autoritarismos e anuncia a vez anarquista, “sede da liberdade por trás de todas ideologias políticas” (p. 8).

O anarquismo precisaria de uma *pequena teoria* para “lidar com aquelas questões reais e imediatas que emergem de um projeto transformador” (p. 8). Os mais variados anarquismos, enquanto princípio organizativo ou forma de prática, necessitariam de uma *unidade*. O foco antiautoritário é mantido assim como a participação nas diferentes tecnologias usadas segundo as conveniências, visando também reformas *não reformistas*. Enfim, está em questão a relação entre os ativistas, as organizações e os pesquisadores, isto é, qual será o papel do intelectual anarquista? Estão em jogo “quais as alternativas institucionais positivas do anarquista às legislaturas, aos tribunais, à polícia e às diversas agências executivas contemporâneas” (p. 16). Em poucas palavras, o anarquismo da *pequena teoria* pretende operar em um fluxo de reformas que procriem

alternativas como condição para a emergência da revolução. Está mais para efetivar a legitimidade dos novos movimentos do que para a revolução propriamente dita, a não ser que esta seja efeito de outro determinismo, o kropotkiano, no qual há um evolucionismo que se pretende inquestionável. Cabe ao leitor colocar-se o problema como anarquista, nos moldes ou não do inevitável e das limitações reformistas, pois o *mundo melhor* é o que propõe o desenvolvimento sustentável capitalista sem prescindir da convocação à participação de *todos*. Como responder a esta nova configuração do capitalismo?

A organização do livro nos leva inicialmente à questão da dádiva, definida por Marcel Mauss e na atualidade traduzida na responsabilidade de agir por meio de programas de ação política entre alguns intelectuais franceses localizados no MAUSS (*Mouvement Anti-Utilitaire dans les Sciences Sociales*; ver <http://www.revuedumauss.com/>; artigo também publicado em *verve* 23). Surpreende, inicialmente, que a crítica ao determinismo marxista pragmático elaborada por Graeber esteja fundamentada em Mauss e não em Proudhon. Contudo, se o que o socialista revolucionário Mauss introduz é muito relevante para uma economia libertária, pois trocar é fazer amizades, dirimir rivalidades e incidentalmente mover bens de valor, incorporar a proposta de Tom Paine sobre a criação de uma renda nacional garantida, foco principal do MAUSS, seguramente da IOPS, e de política de inovação oscilante no governo PT no Brasil, está mais para a convocação à participação democrática aos moldes da racionalidade neoliberal que para a democracia direta anarquista. A dádiva sai pela culatra!

Todo anarquista é uma pessoa razoável sem ser forçado a tal. Com base neste princípio, Graeber estabelece um texto leve e lúdico com o leitor para mostrar quanto se é anarquista sem sabê-lo. Introduce o que pensa sobre as decisões por consenso como prática libertária, insinuando proximidade com as considerações de Murray Bookchin em seus derradeiros estudos sobre o municipalismo libertário, e sua crença na natureza humana que é grandiosa quando dispensada de relações de poder. Entretanto, de modo análogo aos adversários e inimigos, Graeber apenas inverte a *melhor* adequação da natureza humana na cultura. É neste brilhante exercício de convencimento que Graeber deixa clara a crença de sua *pequena teoria* no desenvolvimento das forças produtivas e na politização das tecnologias, a partir da democracia direta anarquista. Inverte a fórmula de Marx e Lênin a respeito do imperialismo e do desenvolvimento das forças produtivas como antessala do socialismo (mais adiante explicitada como condição do comunismo na atualidade) tornando mais claro o *determinismo* e a dialética na *pequena teoria*. De fato, todo anarquista é razoável na cooperação e na ajuda mútua, haja vista a própria história dos anarquismos. Desta maneira, ainda que o convencimento do leitor sobre como ele já é um anarquista esteja adequado, isto não acrescenta muito ao que são as históricas práticas anarquistas. Se concordarmos com o autor, reconhecendo que os anarquistas têm as mais variadas ideias e visões sobre como a sociedade complexa deve gerir a si mesma, a *pequena teoria* saberá responder como garantir esta diversidade?

A era da revolução não terminou. Graeber considera que, nos moldes atuais e em apenas uma geração, “o capitalismo terá deixado de existir” (p. 38). Tomara, o anarquista vive para isso ontem, hoje e amanhã. Mas o

anarquista não espera por *um mundo melhor*, agora ou depois; ele quer e faz um mundo *outro*, uma vida *outra* que escapa de projetos e programas a serem cumpridos para alcançar a igualdade: o anarquista é indomesticável, surpreendente, revoltado e escapa. Então, pergunta-se: a combinação entre a ação direta e a democracia participativa é capaz de produzir um movimento social radical? Na tradição estadunidense, segundo Graeber, os efeitos de desobediência civil e ação direta produziram concessões de governos que foram complementadas com tensões militares no exterior. A interpretação é coerente do ponto de vista dos efeitos do governo do Estado estadunidense. Porém, como a racionalidade neoliberal inclui direita e esquerda, e até mesmo involuntariamente certos anarquistas na participação, estejam nos EUA ou em outras partes do ocidente, há uma eficácia da participação na continuidade dos governos com centralidade de poder e descentralizações de gestões.

Graeber, a seu modo, também persegue o *comum*, o *comunismo* que se vive, mas de modo diverso do que se explicita entre os neomarxistas: o comunismo está aí e torná-lo democrático supõe mais que um estágio participativo que antecederia a democracia direta, mas entrecruzamentos. Entretanto, a inversão marxista-leninista relativa ao imperialismo se refaz no pensamento, e com menos eficácia histórica, posto que as *economias solidárias* estão mais ou menos incorporadas aos preceitos da reforma programática capitalista pelo desenvolvimento sustentável. A questão relativa ao que propõe o MAUSS, a economia solidária e mesmo a IOPS exige outras análises e menos adesões *a priori*.

A luta contra a dívida, como diz Graeber, é chave. E o é porque a dívida moderna está nas relações de trabalho

como capital humano (o que ainda não foi considerado pela *pequena teoria*), entre os Estados e no milenar exercício de poder instituído pelo regime da dívida infinita. Então, se “percebemos que já somos todos comunistas quando trabalhamos em um projeto comum, todos anarquistas quando resolvemos problemas sem recorrer a advogados e à polícia, todos revolucionários quando fazemos algo genuinamente novo” (p. 44), não precisamos de *grande* ou *pequena teoria*, mas de análises precisas no calor dos acontecimentos.

Em “O ocaso do vanguardismo” o petardo é certo: “atitudes vanguardistas, ou mesmo sectárias, arraigaram-se tão profundamente no radicalismo acadêmico que é difícil dizer o que significaria pensar fora delas” (p. 47). Este talvez seja o grande texto do livro. A questão do consenso aparece mais nítida como princípio de conciliação e criatividade, portanto efeito menos majoritário que de potencialização de minorias que supõe não só alterações constantes, como afirma Graeber, mas a difícil coexistência dos diferentes na igualdade. E isto poderia obter atenção redobrada quer dos elaboradores da *pequena teoria*, quer dos anarquistas que nunca se convertem plenamente ao outro ponto de vista. Se há refluxo da vanguarda marxista pela presença crescente dos anarquismos nos movimentos contemporâneos também deveria haver maior presença de *anarquistas acadêmicos*? Graeber situa com clareza a contradição anarquia-academia, que exige uma atitude de ultrapassagem que dispense as genialidades de autores e a história linear do pensamento e práticas anarquistas (ainda que o autor não devesse esquecer a contribuição decisiva de Max Nettlau ao situar a história dos anarquismos a partir de princípios milenares da humanidade, como ele

pretende que seja e que já está feita). Entre organização e práticas, associações e grupos, a anarquia se faz no presente sem selecionar classes ou frações de classe.

Os anarquistas procuram meios e fins consoantes com a liberdade e a igualdade, e por isso, a estrutura da academia lhes seria anacrônica por si só. Entretanto, quando desde a última década do século passado sucessivas mudanças ocorreram por conta da predominância do trabalho intelectual, dos empreendedorismos e dos investimentos em capital humano, a estrutura da universidade apresenta fissuras pelas quais a anarquia penetrou, assim como se expandiu em movimentos ou organizações declaradamente libertários. A entrada dos anarquistas na universidade tende a modificá-la em *diversidade*, em uma reforma sem ser reformista, em uma ocupação que deve dissolver os vanguardismos, assim como pretende Graeber e muitos anarquistas nas universidades. Esta atitude conectada à vida dos movimentos é que faz a anarquia permanecer atenta (da mesma maneira como no passado reverteu o desprezo ao *lumpen* pelo socialismo científico), à adesão aos povos indígenas e demais minorias potentes. Se estarão ou não incluídas em “coalizões revolucionárias” (p. 60) este é um detalhe a ser notado e perseguido. Se no passado o marxismo focou a estratégia revolucionária, o anarquismo compôs e compõe o discurso ético não só sobre a prática revolucionária, como afirma Graeber, mas como uma ética de existência diária.

Dois artigos finalizam o livro: um sobre *os novos anarquistas* e outro sobre o *choque da vitória*. No primeiro, Graeber realiza uma breve e consistente história do anarquismo como coração e alma do chamado movimento antiglobalização entendido como movimento contra o

neoliberalismo. A ênfase recai sobre os EUA, sem que o autor deixe de dar relevante atenção ao que se passou e passa pelo planeta. Não se trata de contestar sua análise, ao contrário, é neste artigo que Graeber exercita a análise, a grande arte dos anarquistas. Zapatista, Ação Global dos Povos, Ya Basta!, todos conectando um movimento livre, democrático, diferenciado, repleto de táticas de forças e inventividades, colocando em xeque a violência do Estado. Suas análises lembram La Boétie, invertendo Maquiavel: o soberano é quem nos teme! Contudo, a questão que permanece em aberto diz respeito à “cessão de poder à sociedade civil” (p. 70), posto que a racionalidade neoliberal funciona capturando a sociedade civil organizada, fato que em si situaria outros embates entre *societates civis* inventivas (anarquizantes) e as inovadoras (neoliberais participativas). Portanto, “expor, deslegitimar e dismantelar mecanismos de domínio e ao mesmo tempo conquistar espaços cada vez maiores de autonomia” (p. 71) continua sendo o grande momento anarquista na atualidade, no qual a solução consensual entre os envolvidos é sempre tópica, ou seja, uma força ao *bloquear* ou *ficar de fora* em uma decisão conjunta deve levar, necessariamente, não só à continuidade da “coalizão revolucionária” como à garantia da permanência das minorias potentes. Para tal, é preciso, de antemão, considerar que a organização em rede está sempre em aberto, ou seja, norteia-se pelo princípio associativo. A questão do consenso anteriormente traçada de modo breve, a partir deste artigo ganha consistência e ao mesmo tempo abre para outras análises, caso o que seja relevante é *somar*. A nota que distingue Anarquismo de anarquismo (p. 76) é elucidativa, na medida em que Graeber pretende abrir um combate interno contra



os *verdadeiros anarquistas*, no caso citado por ele, os *plataformistas*. Enfim, “coalizões revolucionárias” tendem à aliança entre os menos alienados (artistas, escritores, etc. e livres do vanguardismo) e os mais oprimidos (minorias potentes que não aspiram a ser majoritárias). O livro encerra com o segundo artigo, alertando que os anarquistas parecem ter receio de reconhecer suas vitórias. A analítica novamente ganha o primeiro plano, situando o movimento antinuclear estadunidense, o movimento pela justiça global e as perspectivas, retomando o caso da Espanha. Como um anarquista atento, encerra o artigo chamando atenção dos anarquistas para educação de crianças. Na mosca!

O livro está aí para acadêmicos e não-acadêmicos. Para ser lido e discutido pela consistência argumentativa e pela sua capacidade de promover conversações entre anarquistas diferentes. Em poucas páginas, Graeber situa, com clareza, os anarquismos na atualidade. Não exige consenso, propõe. Quanto à pertinência da *pequena teoria*, isso fica a cargo das práticas e das disputas *acadêmicas*; os anarquistas e Graeber mostram que as análises a respeito dos acontecimentos ainda são imprescindíveis.

As notas dissonantes dos editores deste livro estão em não situar ao leitor quando cada artigo foi redigido e publicado, assim como a capa, com alusão direta ao anarcossindicalismo, parece anacrônica em relação às palavras do autor.